

Os Novos Rumos do Mercado

Julcemar Bruno Zilli¹

Amigo Leitor,

“As últimas mudanças sinalizam tendências de diminuição dos investimentos, redução nos preços, aumento da taxa de desemprego e maior controle da inflação.”

pág. 1

PREÇOS

Aumento das Chuvas não são suficientes para reduzir os preços.

pág. 2

Custo de Produção

Atualizados em janeiro de 2003, o custo de produção do coast cross subiu 42% em relação a abril de 2002.

pág. 3

FIQUE ATENTO

Nova tabela de preços mínimos é estabelecida pelo governo para as diferentes regiões do país.

pág. 4

A medida adotada na última reunião do Copom (Conselho de Política Monetária), que elevou a taxa de juros básica da economia brasileira para 26,5%, indica alguns novos rumos da economia nacional.

A combinação de políticas fiscal e monetária contracionistas utilizada pelos governantes gera alguns efeitos colaterais indesejáveis para a economia brasileira.

As últimas mudanças sinalizam tendências de diminuição dos investimentos, redução nos preços, aumento da taxa de desemprego e maior controle da inflação.

Os investimentos – sejam do setor público sejam privados - diminuem, pois os agentes com capital em mãos podem preferir manter moeda para transação, ou seja, verão maior vantagem, por exemplo, em comprar títulos públicos ao invés de direcionar seus recursos para investimentos no mercado. A essa taxa de juros, portanto, há uma redução dos investimentos e um menor número de projetos serão viabilizados.

Os preços tenderão a diminuir, devido à maior oferta de produtos na economia. Para a população, num primeiro momento, essa situação é positiva. Porém, num cenário seguinte, existe a tendência de elevação da taxa de desemprego, já que uma redução das vendas tenderia a diminuir o crescimento da produção e também

a contrair os postos de trabalho.

A política econômica precisa de mudanças para que sejam controlados os aumentos generalizados dos preços. Assim, poderia haver aumentos da produção - diminuindo a taxa de desemprego - e crescimento da demanda agregada. Porém, para tal objetivo, os governantes devem formular políticas que gerem o mínimo possível de efeitos colaterais. Tarefa nada fácil!

O aumento da oferta agregada poderia ser alavancado através de investimentos - interno ou externo - obtidos a juros menores que os então vigentes. Entretanto, a conjuntura atual “pede” taxas elevadas de juros para conter a saída de capital externo do país.

Nesse sentido, a prioridade da conjuntura econômica tem sido o controle cambial para reduzir o aumento do nível de preços causado pela elevação dos custos de produção principalmente dos produtos compostos por matéria-prima importada (inflação de custos).

Estabilizando-se o câmbio, poder-se-á reduzir aos poucos a taxa de juros da economia, tendendo ao aumento dos investimentos e da produção brasileira. A partir de então, as atenções devem se voltar para o controle de uma possível inflação de demanda que venha a despontar.

Contata-se que é bastante difícil a conciliação de políticas que estabeleçam padrões de crescimento e desenvolvimento da

¹ Economista - UNOESC - Chapecó Mestrando em Economia Aplicada - ESALQ/USP, Pesquisador CEPEA/ESALQ/USP.

economia, porém não impossível.

As medidas que têm sido adotadas são muito desejadas pelo mercado, que almeja o estabelecimento de metas comprometidas com a estabilidade econômica. Para tanto, esses agentes se dispõem a todos os esforços para atingi-las. Porém, no âmbito social, de imediato, todas essas ações não têm boa aceitação.

Não nos cabe, porém, analisar se tais

medidas são as “ideais” para a atual conjuntura econômica. Mas, uma coisa é certa: para obtermos uma economia estável, certamente é necessário o esforço de todas os setores da sociedade.

Além do mais, existem medidas que minimizam os esforços e esperamos que as próximas a serem adotadas sejam as mais condizentes com a realidade da economia.



www.delaval.com.br



PREÇOS DO LEITE AO PRODUTOR

FEVEREIRO DE 2003

<i>Praças</i>	<i>Tipo C</i>	<i>Tipo B</i>	<i>Coloc. (%)</i>
Estado de São Paulo			
<i>Campinas</i>	0,4025	0,4420	100,00
<i>S.J. do Rio Preto</i>	0,3868	-	-
<i>S.J. dos Campos</i>	0,3874	0,4745	100,00
<i>Sorocaba</i>	0,4625	-	-
<i>Ribeirão Preto/Franca</i>	0,3738	0,4600	100,00
Outros Estados *			
<i>Paraná</i>	0,4009	-	-
<i>Goiás</i>	0,4696	-	-
<i>Minas Gerais</i>	0,4319	0,4574	93,83
<i>Bahia</i>	0,3384	-	-
<i>Rio Grande do Sul</i>	0,4124	-	-
MÉDIA BRASIL	0,4084	0,4484	-

* médias ponderadas dos preços médios pagos pelos laticínios

O aumento das chuvas nas principais bacias leiteiras do país não foi suficiente para pressionar as cotações do produto. A resistência dos preços está associada, em boa parte, à continuidade da escassez do leite no mercado, além da concorrência dos laticínios. Dessa forma, os preços recebidos pelos produtores no mês de fevereiro permaneceram estáveis, a R\$ 0,4084/litro.

São Paulo e Minas Gerais foram os únicos estados a registrar queda nos preços. A média do leite tipo C caiu 1,21% em São Paulo, sobretudo em função do recuo ocorrido na região de São José do

Rio Preto (-4,39%). Já em Minas, maior estado produtor, a baixa foi de 1,86% em relação a janeiro.

Na Bahia, houve ligeiro aumento de 1,59% nos preços do tipo C. Essa oscilação, contudo, não significa que os valores recebidos pelos produtores tenham subido consideravelmente, já que equivale a uma alta de menos de R\$ 0,005/litro.

A região Sul foi a que registrou maior alta nos preços do tipo C. No Rio Grande do Sul, o aumento foi de 4,86% e no Paraná, de 3,10%. A forte reação dos preços se deu pelas mesmas características do cenário nacional: a falta do produto no mercado interno e a alta concorrência entre os laticínios.

Goiás manteve os preços praticamente estáveis em fevereiro, frente ao mês anterior. O litro do leite tipo C foi comercializado a R\$ 0,4696 no estado, leve alta de 0,69%.

Quanto ao tipo B, em Minas Gerais, os preços caíram 0,21%, fechando fevereiro a R\$ 0,4574/litro. Em São Paulo, o litro do tipo B foi cotado a R\$ 0,4594, uma alta de 5,04% em comparação a janeiro. Essa variação impulsionou a média nacional do leite B em 2,35% frente ao mês anterior, ficando a 0,4584/litro.



Objetivo:

Silagem Pré-secada

INFORMAÇÕES GERAIS

PRODUÇÃO TOTAL (MV DA FORRAGEM)	50,00	t/ha/ano
PRODUÇÃO TOTAL (MS DA FORRAGEM)	20,00	t/ha/ano
PRODUÇÃO TOTAL ÚTIL (MS DA SILAGEM)	15,00	t/ha/ano
PRODUÇÃO TOTAL ÚTIL (MV DA SILAGEM)	37,50	t/ha/ano

CUSTO DE FORMAÇÃO - COAST CROSS (R\$/ha/10 anos)

Abril de 2002 Fevereiro de 2003

INSUMOS	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$/unid	Total	Total
Calcário dolomítico (posto fazenda)	t	2,00	35,00	60,00	70,00
Análise de solo	ud	1,00	22,50	18,50	22,50
Superfosfato simples (posto fazenda)	t	0,50	422,50	175,00	211,25
Cloreto de Potássio (KCl)	t	0,30	672,50	164,31	201,75
FTE BR 12	t	0,05	415,00	16,75	20,75
Mudas	t	3,00	197,25	591,75	591,75
Herbicida (Diuron)	l	2,50	22,80	46,25	57,00

PREPARO DO SOLO

Aração	h/ha	2,50	23,00	47,08	57,50
Aplicação calcário (vicon)	h/ha	0,29	21,86	4,92	6,34
Aplicação KCl (vicon)	h/ha	0,29	21,86	4,92	6,34
Gradagem (2 vezes)	h/ha	2,20	21,86	42,20	48,09

PLANTIO

Sulcação e adubação (Sup.Simpl.)	h/ha	3,08	23,00	72,66	70,84
Aplicação de herbicida	h/ha	0,25	21,86	4,34	5,47
Distribuição de mudas*	h/ha	30,00	21,86	0,00	655,80
Distribuição de mudas (carreta)	h/ha	8,00	23,02	184,16	184,16
Cobertura dos sulcos*	h/ha	10,00	3,50	35,00	35,00
Compactação com trator	h/ha	2,00	17,23	34,46	34,46
Custo de Formação Total	R\$/ha			1.502,29	2.279,00

CUSTO DE MANUTENÇÃO

INSUMOS	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$/unid	Total	Total
Calcário (aplicação anual)	t	0,50	35,00	15,00	17,50
Adubo (20-05-20) (4 aplicações)	t	0,50	660,00	237,50	330,00
Adubo (Sulfato de Amônio) (4 aplicações)	t	0,08	450,00	25,65	33,75
FTE BR 12	t	0,01	415,00	4,19	5,19
Aplicação 20-05-20 (vicon) (4 aplicações)	h/ha	0,29	21,86	4,92	6,34
Aplicação Sulfato + FTE	h/ha	0,29	21,86	4,92	6,34
CUSTO DE MANUTENÇÃO (R\$/ha/ano)				292,17	399,12

CUSTO DE CORTE E ENSILAGEM - COAST CROSS (R\$/ha/ano)

INSUMOS	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$/unid	Total	Total
corte (segadora)	h/ha	1,00	21,69	21,69	21,69
movimentação 1 (enleiradora)	h/ha	1,26	20,06	25,28	25,28
enleiramento	h/ha	1,26	20,06	25,28	25,28
recolhimento/picagem	h/ha	1,50	21,59	32,39	32,39
transporte e enchimento do silo	h/ha	2,00	26,18	52,36	52,36
compactação com trator	h/ha	3,70	17,23	63,75	63,75
fechamento do silo	h/ha	2,00	3,50	7,00	7,00
lona plástica	m2	160,00	0,96	126,40	153,60
Custo de Corte e Ensilagem por Operação				354,14	381,34

CUSTOS TOTAIS MÉDIOS

2.148,60 3.059,45

R\$ por Tonelada em Matéria Original

57,30 81,59

R\$ por Tonelada em Matéria Seca

143,24 203,96

Variação no Período

42,39%

✓ O governo anunciou em fevereiro deste ano, um apoio a produção de leite, incluindo-o na Política de Garantia de Preços Mínimos. Segundo Ivan Wedekin, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o preço estabelecido servirá apenas como referência para os financiamentos à estocagem, não tendo significado com o valor mínimo praticado pelo mercado. O preço foi fixado em R\$ 0,32/litro para as regiões Sudeste e Nordeste e para o estado do Paraná; R\$ 0,30/litro para Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal; e em R\$ 0,27/litro para a região Norte e o estado do Mato Grosso. Além do leite, o governo anunciou também a criação de uma linha Especial de Crédito à Comercialização (LEC) para milho e sorgo, com juros de 8,75% ao ano, destinado a agricultores, cooperativas e agroindústrias. **(Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).**

✓ Foi apresentado ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, um documento propondo a utilização exclusiva de leite e derivados de origem nacional no Programa Nacional de Fome Zero. Segundo o Departamento Econômico da CNA, caso a proposta seja aceita, haverá um acréscimo na demanda de 1.1 bilhão de litros, o que representa 5,2% da produção nacional atual. A proposta tem como objetivo não apenas o incentivar a produção nacional, mas também evitar o crescimento das importações, que em 2002 cresceram 52%, disse o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim. Foram apresentadas também propostas, como a isenção da cobrança de PIS/Pasep e Cofins nos atos cooperativos próprios; uma equiparação tributária dos produtos lácteos aos demais alimentos que compõem a cesta básica; a agilização do processo de habilitação de indústrias exportadoras; a remoção de barreiras a produtos lácteos brasileiros nos principais mercados mun-

diais; e a criação de incentivo às exportações de produtos lácteos **(Fonte: Revista Balde Branco)**

✓ Representantes do Mercosul apresentaram à União Européia uma proposta de terminar, ao longo de dez anos, com as tarifas de cerca de oito mil produtos. Estes representam 83,5% das importações européias vindas dos países do Mercosul, que somaram US\$ 22,946 bilhões anuais entre 1998 e 2000. A proposta foi dividida em cinco categorias, cada uma com uma velocidade de eliminação, variando entre um ano até dez anos. Entre os produtos mais competitivos do Mercosul estão lácteos, carnes, cereais, tabaco, açúcar, arroz e trigo, o que fez os europeus pensarem na negociação de uma ampliação de cotas, enquanto que o bloco sul-americano prefere a eliminação de tarifas a prazos determinados **(Fonte: Milkpoint)**

✓ O Brasil deverá aumentar 20% suas exportações de leite longa vida em 2003, o que representará 10 mil toneladas a mais por ano. O destino será o México, um dos maiores importadores de leite do mundo. Para isso, uma missão sanitária mexicana deve vir ao país para inspecionar a produção brasileira de leite **(Fonte: Revista Balde Branco).**

✓ O DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal), vinculado à SDA (Secretaria de Defesa Agropecuária), do MAPA, abriu em 28/02/03, por 30 dias, a consulta pública sobre o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Produtos Lácteos Desidratados com Adições e o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Composto Alimentar à Base de Leite. Pretende-se, através deles, regulamentar a adição de ingredientes como o soro de leite. **(Fonte: MilkPoint)**

Boletim do Leite

Universidade de São Paulo - ESALQ/USP - CEPEA

Apoio: FEALQ

leitecepea@esalq.usp.br

http://cepea.esalq.usp.br

O Boletim do Leite é uma publicação do DEAS/CEPEA

Endereço: Caixa Postal 132, Piracicaba, SP, CEP 13400-970

Telefone: (019) 3429-8800 ou 3429-8801 / Fax: (019) 3429-8829

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Editorial: Eng. Agr. Leandro Augusto Ponchio - responsável;

Ademir de Lucas - técnico em extensão Rural, depto. Economia, Administração, e Sociologia / Esalq-USP;

Paulo do Carmo Martins - doutor em Economia Esalq-USP

Equipe Técnica: Otávio Duarte Giunti, Rodrigo Odilon Bassani Mesquita

Jornalista Responsável: Ana Paula Silva - Mtb 27368

Coordenador Científico: Prof. Dr. Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros

Tiragem mensal: 8.000 exemplares

**IMPRESSO
ESPECIAL**

1.74.18.0518-7 DR/SPI
Fundação de Estudos
Agrários Luiz de
Queiroz

IMPRESSO